

IMPACTOS DA COVID-19 EM GESTANTES ENCARCERADAS

Paula Hiromi Omoto Anabuki - Acadêmica do curso de enfermagem do Centro Universitário de Maringá - UniCesumar.

Letícia Tavares Damaceno - Acadêmica do curso de enfermagem do Centro Universitário de Maringá - UniCesumar.

Patricia Bossolani Charlo - Enfermeira formada pelo Centro Universitário de Maringá - UniCesumar. Mestre em Promoção da Saúde pelo Centro Universitário de Maringá - UniCesumar. Docente do curso de enfermagem do Centro Universitário de Maringá - UniCesumar.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), o cenário da população feminina apenada no Brasil aumentou consideravelmente nos últimos anos. A taxa de mulheres encarceradas no ano de 2000 era de 5.600, tendo um pico de crescimento em 2016 com mais de 42.000 prisioneiras, segundo levantamento de 2019, o Brasil conta com 37.200 reclusas¹.

Os enfermeiros são profissionais que atuam diretamente com as gestantes encarceradas. Para que o atendimento e a prestação de cuidado sejam seguros, resolutivos e de qualidade, é imprescindível que o enfermeiro conheça as leis e as políticas que asseguram os direitos e deveres das gestantes apenadas².

Em questões socioeconômicas essas relatam em sua maioria não possuir qualquer tipo de auxílio ou renda.

Diante da leitura detalhada das entrevistas, permitiu-se identificar a percepção das gestantes frente a assistência que elas recebem no sistema. As mulheres relatam que a dinâmica dentro da unidade foi adaptada devido a pandemia, sendo necessário encerrar visitas e que o atendimento realizado pela equipe multiprofissional demonstra-se insuficiente, assim como a alimentação e a estrutura física do local.

OBJETIVO

Compreender a percepção de mulheres em processo gestacional privadas de liberdade, frente a assistência oferecida em uma penitenciária paranaense, durante a pandemia da COVID-19.

CONCLUSÃO

A pesquisa contribuiu para aumentar o conhecimento científico e social sobre uma temática ainda escassa. Considerando os fatores relatados, o atendimento demonstra-se insuficiente na percepção das gestantes, devido à falta de atendimento especializado com equipe multiprofissional, intensificados durante a COVID-19.

MÉTODO

Estudo transversal, descritivo, com abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada durante a pandemia da COVID-19, via áudio chamada, gravadas e transcritas na íntegra, posteriormente analisadas por meio de Bardin. Os critérios de inclusão foram mulheres em processo gestacional, maiores de 18 anos e capazes de responder as perguntas.

REFERÊNCIAS

1 Brasil. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Levantamento nacional de informações penitenciárias – Período de julho a dezembro. Brasília-DF; 2019. Disponível em: <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMmU4ODAwNTAtY2IyMS00OWJiLWE3ZTgtZGNjY2ZhNtYzZDliliwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNkNmNy05MwYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>>.

RESULTADOS

Participaram do estudo 11 mulheres em processo gestacional, com idades entre 21 e 28 anos, todas multigestas, com média de 3 filhos nascidos vivos, sendo a maior via de parto à natural que corresponde a 73% dos partos das mulheres estudadas. No que diz respeito ao nível de escolaridade, são poucas as que possuem o ensino médio completo, quando questionadas, relatam que apesar de terem frequentado a escola, não chegaram a concluir os estudos.

2 Association of Women's Health, Obstetric and Neonatal Nurses. Nursing Care of Incarcerated Women During Pregnancy and the Postpartum Period. J Obstet Gynecol Neonatal Nurs. 2018 Mar; 47(2): 236-238. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29429830/?from_term=prenatal+care+prisoners&om_filter=years.2017-2020&from_exact_term=prenatal+care+prisoners&from_pos=5>.